

Terceirização e falta de equipes agravam crise na saúde básica

Trabalhadores do Centro de Saúde Centro suspenderam atividades nesta segunda

Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal (SMTM)

Por Moara Semeghini

A paralisação dos trabalhadores do Centro de Saúde (CS) Centro, na região central de Campinas, foi motivada por uma sequência recente de episódios de violência dentro da unidade e por um cenário de superlotação e falta de médicos já denunciados pelos trabalhadores, que apontam dificuldades para garantir atendimento regular à população. Segundo os servidores, quatro trabalhadoras foram agredidas na última semana, em meio a situações recorrentes de ameaças e insegurança.

Além dos casos de violência, os profissionais apontam que a unidade opera acima de sua capacidade desde o fechamento da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Centro, em 2016, quando parte da demanda passou a ser absorvida pelo serviço básico, sem ampliação proporcional das equipes. Atualmente, o CS Centro enfrenta déficit de profissionais, com falta de médicos da família, agentes comunitários de saúde, técnicos de enfermagem e de farmácia, além da não reposição de especialidades como ginecologia e psiquiatria. Segundo os trabalhadores, esse cenário tem provocado demora no atendimento, dificuldade para agendamento de consultas e aumento da tensão dentro da unidade, afetando pacientes e servidores.

Entre as principais reivindicações estão a reposição imediata de profissionais, a retomada do perfil de atendimento como unidade básica e a instalação de uma UPA na região central.

Entre os principais pontos levantados pelo Conselho Municipal de Saúde está a terceirização de serviços nas unidades, apontada como um dos fatores que contribuem para o aumento de conflitos e para a precarização do atendimento.

O presidente do Conselho, Lúcio Rodrigues, afirma que o problema vai além de casos pontuais e reflete uma estrutura fragilizada. “Hoje nós temos muita dificuldade em garantir assistência aos usuários do SUS. O que aconteceu no Centro não é um caso isolado, é resultado de uma situação que já vinha se agravando”, disse. Segundo ele, durante reunião realizada nesta segunda (30) com o secretário municipal de Saúde, Lair Zambon, não houve apresentação de propostas concretas para enfrentar os principais problemas. “Foi mais



Paralisação no CS Centro: episódios de violência, superlotação e falta de médicos

uma defesa da gestão, mostrando ações de monitoramento, mas sem anunciar medidas efetivas. Existe uma disposição para diálogo, mas nada definido”, afirmou.

Um dos pontos centrais da crítica do Conselho é a forma como as equipes do Programa de Saúde da Família (PSF) são dimensionadas. Atualmente, Campinas conta com cerca de 246 equipes, número considerado insuficiente, a estimativa do Conselho é de que seriam necessárias ao menos 300.

Além disso, Rodrigues questiona o critério adotado pela Prefeitura, que considera uma média de 4 mil pessoas por equipe, sem diferenciar regiões com maior vulnerabilidade social. “Hoje, áreas com alta vulnerabilidade, como o Distrito Sul, têm praticamente o mesmo parâmetro de regiões mais estruturadas. Isso não faz sentido”, afirmou.

De acordo com ele, em bairros com maior dependência do SUS, o número de pessoas por equipe deveria ser reduzido. “Em algumas regiões, como Jardim Fernanda e Campo Belo, o ideal seria uma equipe para cada 2 mil pessoas. Em outras áreas vulneráveis, no máximo 3 mil. Hoje temos unidades com mais de 20 mil pessoas para poucas equipes”, disse. Rodrigues também destaca que, mesmo em regiões com maior presença de planos de saúde, a população utiliza o SUS em diferentes momentos. “O centro de saúde não é só consulta médica. É prevenção, acompanhamento, vigilância. Todo mundo usa em algum momento, mesmo que não perceba”, afirmou.

Terceirização sob críticas

A terceirização das recepções nas unidades básicas é apontada como um dos principais problemas. Segundo o conselheiro, a falta de preparo dos trabalhadores e as condições de trabalho têm contribuído para conflitos com usuários.

“Esses profissionais recebem salários muito baixos e, muitas vezes, não têm treinamento adequado. Eles acabam sendo a linha de frente para comunicar a falta de vagas ou de médicos, o que gera tensão”, disse.

Rodrigues defende que o atendimento inicial nas unidades deve ser feito por servidores concursados. “Nós não achamos que a recepção deve ser feita por trabalhadores que não são do SUS. Isso cria um descontrole dentro da unidade e aumenta os conflitos”, afirmou.

Segundo ele, a combinação entre baixa remuneração, alta rotatividade e falta de formação adequada tem impacto direto no

ambiente das unidades. “Esse trabalhador vira o ‘para-choque’ de todos os problemas. É ele quem dá a notícia de que não tem consulta, que o médico não está. Isso gera irritação e pode evoluir para situações de violência”, disse.

Outros gargalos

Além da atenção básica, o Conselho também apontou problemas no acesso a especialidades e exames, especialmente na área de oncologia. Segundo Rodrigues, há dúvidas sobre o encaminhamento de pacientes após mudanças no atendimento anteriormente realizado por uma entidade especializada em diagnósticos.

“Há relatos de pacientes que não conseguem acessar informações ou dar continuidade ao atendimento. Isso precisa ser esclarecido”, afirmou.

A comunicação nas unidades também foi criticada. “Telefone não funciona, canais não funcionam. Isso dificulta ainda mais o acesso da população”, disse.

Carlos Bassan/Prefeitura de Campinas



CS Centro opera acima da capacidade, dizem trabalhadores

Encaminhamentos

Entre os encaminhamentos da reunião, ficou definido que haverá encontros mensais entre o Conselho e a Secretaria de Saúde. A recomposição das equipes, a ampliação do PSF e a revisão de contratos terceirizados estão entre os temas que serão debatidos.

Apesar disso, o Conselho cobra medidas mais rápidas. “A situação é urgente. Não dá mais para trabalhar apenas no diagnóstico”, afirmou Rodrigues.

Pressão política

O vereador Wagner Romão também se manifestou sobre a situação e reforçou a necessidade de contratação de profissionais por concurso público.

“Cada vez mais recebemos denúncias de falta de médicos, enfermeiros e técnicos. O que aconteceu no Centro não é exceção. Há uma sobrecarga dos profissionais e um ambiente de tensão crescente nas unidades”, afirmou.

Romão é autor de um projeto de lei, protocolado no fim de 2025 na Câmara Municipal, que prevê medidas de prevenção e enfrentamento à violência contra profissionais de enfermagem. A proposta também é assinada pelos vereadores Gustavo Petta, Fernanda Souto e Mariana Conti.

Para ele, a terceirização agrava o cenário. “A gente vê alta rotatividade, falta de preparo e um atendimento inicial que já começa com conflito. Isso precisa mudar. É preciso cuidar de quem cuida”, disse.

Prefeitura

A reportagem questionou a Prefeitura de Campinas sobre os pontos levantados.

Em nota, a Secretaria de Saúde informou que realizou, nesta segunda-feira (30), uma reunião com a nova composição do Conselho, a pedido do presidente eleito, Lúcio Rodrigues, para apresentação formal ao secretário Lair Zambon e à equipe executiva da pasta.

A secretária acrescentou que encaminhamentos e tratativas ocorrem nos espaços institucionais já previstos em calendário, como reuniões ordinárias do pleno, do conselho executivo e do conselho fiscal.

Por fim, a pasta destacou a importância do Conselho Municipal de Saúde e afirmou que a parceria com o colegiado é essencial para o fortalecimento das políticas públicas no município, com participação da sociedade nas decisões sobre a saúde.